

Sarney considera os cinco anos fato consumado

Arquivo 07/07/86



Sarney entende que, sozinho, o Centrão não garante a aprovação dos cinco anos

Planalto nega intenção de fazer reforma para beneficiar Centrão

O presidente José Sarney não está disposto a promover nenhuma reforma ministerial com o objetivo exclusivo de beneficiar o grupo parlamentar do Centrão. Sarney tem consciência de que o Centrão, sozinho, não garante o mandato de cinco anos no plenário da Constituinte, porque sabe que entre os centristas muitos defendem o mandato de quatro anos, entre eles, o ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen, enquanto muitos adeptos dos cinco anos não integram o grupo.

As mudanças no ministério, voltou a repetir ontem o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, quando ocorrerem, serão ato de rotina. Alguns ministros, sem mandato, devem concorrer a prefeituras e o prazo de desincompatibilização é fevereiro. Portanto, nas próximas semanas, alguns ministros podem ser mudados. Costa Couto garantiu

que Sarney não fará reforma ministerial, "só mudanças eventuais, quando necessário".

A reivindicação dos centristas para que Sarney promova uma ampla reforma ministerial beneficiando este grupo foi feita anteontem pelo líder do PFL, na Câmara, deputado José Lourenço. Em declarações ao JBr., Lourenço deixou claro que o presidente José Sarney só assegura o mandato de cinco anos se fizer a reforma ministerial colocando o Centrão na Esplanada dos Ministérios.

Cautela

Embora tenha se referido à questão do mandato de cinco anos no seu programa "Conversa ao pé do rádio", como um fato já superado, o presidente Sarney prefere manter cautela diante do número de assinaturas. Ele sabe que as adesões à emenda não podem ser consideradas garantia de voto e vai esperar a votação no plenário, prevista para março.

E a recomendação para se evitar a euforia é do assessor da Presidência da República, Henrique Hargreaves, subsecretário de Assuntos Parlamentares.

Na sua avaliação, se o mandato fosse votado hoje, o plenário aprovaria os cinco anos com uma margem de oito a dez votos de diferença. O quadro, entretanto, observa Hargreaves, "pode mudar daqui a um mês. Tudo depende de como vai se comportar a nossa economia".

A recomendação de cautela leva também os ministros a continuar trabalhando pela aprovação dos cinco anos. E o presidente Sarney, neste trabalho, conta com os ministros Ronaldo Costa Couto, que garantiu mais de 50 assinaturas para a emenda; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Prisco Viana, da Habitação; Iris Rezende, da Agricultura; e Hugo Napoleão, da Educação.

O presidente José Sarney considera que as 317 assinaturas à emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) já lhe asseguram um mandato de cinco anos e antecipam a derrota dos Históricos do PMDB que ele define como minoria radical. O presidente afirmou ontem, no programa semanal "Conversa ao pé do rádio", que considera o assunto já decidido pela Constituinte a partir das assinaturas à emenda de Iensen.

O presidente diz no programa — gravado poucas horas depois de receber a emenda com as assinaturas — que o apoio ao mandato de cinco anos "é muito mais que a maioria absoluta" e que vai utilizar os dois anos que lhe restam "em benefício do povo brasileiro".

"Como eu sempre tenho dito, este assunto é um assunto que cabe à Constituinte decidir e agora que já decidiu, nós vamos tentar fazer da melhor maneira possível que este tempo seja utilizado em benefício do povo brasileiro", disse Sarney.

O presidente sustentou que a democracia "vive da periodicidade dos mandatos", e que, por isso, seria uma discriminação, até uma cassação, a vitória dos que defendem quatro anos de mandato.

Um assessor do presidente acredita que as assinaturas à emenda Matheus Iensen já garantem o mandato de cinco anos mas adverte que a vitória será apertada em plenário. Segundo os cálculos do Palácio do Planalto, 30 parlamentares signatários da proposta votarão pelos quatro anos, mas em compensação muitos que se recusaram a assiná-la votarão pelos cinco anos.

No programa radiofônico, Sarney faz uma retrospectiva de sua administração, apresentando índices sempre superiores a todos os anos anteriores, até o início da década de 80 e, ainda, comparando-se aos de potências desenvolvidas como Estados Unidos, Itália, Alemanha e Japão, defendendo que o Brasil não sofreu isoladamente os efeitos da crise econômica.

Prisco não crê em divisões

Porto Alegre — O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, disse ontem que o presidente José Sarney, tem razão ao afirmar, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", que está tranquilo para governar, em função da maioria obtida pelo Centrão pelos cinco anos de mandato. Para Prisco Viana, as 317 assinaturas pró-cinco anos, "comprovam a tendência da Constituinte sobre a duração do mandato do Presidente".

Ele admitiu que todos os

ministros tiveram participação na articulação política na questão do mandato, por entender que a posição do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, a favor dos quatro anos, tenha vinculação com a sua iminente saída do ministério.

Prisco Viana também revelou que não acredita que a maioria obtida pelo Centrão vá contribuir para uma divisão do PMDB, que é importante por ser o partido que detém maioria absoluta na Câmara e no Senado, e deve ser mantida.

Viagens prosseguirão, apesar dos protestos

Os protestos contra o presidente José Sarney não evitarão seus deslocamentos para os centros mais importantes do País. A informação é do ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ao comentar o cancelamento da viagem que Sarney faria anteontem ao Rio de Janeiro, onde os manifestantes, mesmo na ausência do Presidente, protestaram em frente à Igreja, no Largo de São Francisco, onde Sarney seria padrinho de casamento de Anelise Pacheco, filha do senador Alvaro Pacheco (PFL-PI).

Informou ainda o ministro que o motivo do cancelamento da viagem não foi medo. "O horário do casamento e o local", disse o ministro, "podiam provocar tumulto. Está claro, nesses três anos de Governo, que o Presidente da República não é amigo do medo. Os fatos podem provar isso e, assim que for necessário, o Presidente irá ao Rio de Janeiro, como fez em dezembro passado, indo até à Livraria José Olympico, sem problemas".

Deputado repudia com ironia

Em nome da liderança do PDS, o deputado Adilson Motta (RS) condenou ontem, na Câmara, os atos de hostilidade ao presidente Sarney, registrados na véspera, durante a cerimônia de um casamento no Rio, para a qual o Presidente apesar de convidado, não foi. Mas o parlamentar não deixou de assinalar que a presença do Presidente passou a ser uma ameaça. "Convidar o Presidente para uma solenidade" — acrescentou — "é expor-se à execração pública. O Presidente é hoje um homem impopular. Por isso é que defendemos para ele um mandato de quatro anos. Não queremos mais um Presidente que não possa sair às ruas".

O deputado estadual Fernando Lopes, do PDT do Rio, que nega ter sido um dos organizadores da manifestação contra Sarney, acha que movimentos como este são a única alternativa possível para evitar que o Centrão aprove os cinco anos de mandato.

"A manifestação foi preparada como um ato político por militantes do PDT, do PT, da CUT e da Famerj. Mas é natural que, como aconteceu comigo e com o Wladimir Palmeira, os deputados presentes sejam sempre responsabilizados pelos acontecimentos. Estávamos lá para falar ao povo e não para promover distúrbios", alegou.

Fernando Lopes não admite que manifestações desse tipo sejam contraproducentes. Tem mesmo certeza de que a impopularidade de Sarney é tão grande o desejo pelas diretas já tão incontável, que o Presidente vai ser vaiado sempre que aparecer em público, pelo menos no Rio.

"Não temos outra maneira. Evidentemente, ninguém quer distúrbios. Mas falar é imprescindível. E foi apenas um 'ato de falação'", disse Lopes. "Se ficarmos quietos, o esquema de corrupção do Planalto, distribuindo em

Os acontecimentos da porta da Igreja, no Rio, quando os manifestantes chegaram a quebrar o vidro do carro da noiva, foram relatados ao presidente Sarney pelo general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar, que representou Sarney na cerimônia e ontem de manhã esteve com ele, no Palácio da Alvorada. O Presidente recebeu também um relatório do ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes.

Lamentável

Indagado sobre os protestos, Costa Couto disse: "Tudo que agride a liberdade não é bom para esse País. Está claro que um fato como este é lamentável". E o ministro justificou o aparato policial-militar montado para o Presidente dizendo que esta segurança é "necessária" aos chefes de Estado e "isso não ocorre apenas no Brasil".

O ministro voltou a garantir que a segurança do Presidente está pronta "para protegê-lo em todo o território nacional".

Irritação

"Um absurdo a fimpeza, entre aspas, do Largo de São Francisco, com a retirada à força de mendigos e até perfumização. Onde já se viu isto? E a alteração dos pontos de ônibus? O povo chegava atrás de condução para ir para a casa e não sabia onde encontrar seu ônibus. Tudo isso criou um clima absurdo de irritação".

Segundo Fernando Lopes, o SNI, quando soube que o Presidente não viria mais, deveria ter cancelado todo o esquema de segurança e avisado a opinião pública. As manifestações, então, teriam sido imediatamente suspensas.

"Não estávamos com interesse nenhum no casamento e na família dos noivos. Isso não era problema. Queríamos apenas fazer uma manifestação contra o Presidente".

O deputado culpa ainda a polícia pelo agravamento da situação quando da chegada do carro da noiva. "Criou-se logo um cordão, com a PM e a PE expulsando e pressionando o povo. A reação de raiva, então, foi imediata".

O deputado não se reconhece líder da manifestação e nem acha que cabe ao PT, ao PDT e à CUT qualquer responsabilidade pelos problemas, que só se agravaram por culpa das autoridades.

E está certo de que manifestações como esta não são prejudiciais ao movimento pelas diretas já e muito menos ao País. "Para ele, o pior são os cinco anos para Sarney e, nesse sentido, parece que lutar contra isso vale tudo".

Protesto surpreende Quêrcia

São Paulo — O governador Orestes Quêrcia revelou ontem, no Palácio dos Bandeirantes, que ficou surpreso com as vaias a autoridades e xingamentos ao ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, durante a solenidade de casamento da filha do senador Alvaro Pacheco, quinta-feira, no Rio de Janeiro. Atribuiu a manifestação a uma reação de "profissionais da agitação" e acredita que novos incidentes poderão ocorrer se não houver um entendimento político que tenha como ponto fundamental a rápida aprovação da Constituição.

"De repente, abri os jornais e vi o noticiário da lamentável ocorrência no casamento de uma moça. A intenção do grupo não era de pura manifestação contra o presidente (que seria o padrinho da noiva e foi representado pelo ministro do Exército), mas de agitação por si só, mesmo, porque, já cientes da ausência dele, promoveu o protesto. Foi uma reação programada, fria, feita por profissionais de agitação", declarou.

Segundo Quêrcia, há apenas um caminho para eliminar tensões desse tipo: agir com prudência e rapidez para aprovar a nova Constituição.

A saída, acenos e aplausos

O presidente Sarney foi novamente aplaudido ontem ao sair do Palácio do Planalto, dirigindo-se ao Palácio da Alvorada. Esta é a segunda semana consecutiva que Sarney altera o percurso e, no lugar de sair diretamente do Planalto na direção leste, rumo a Alvorada, o Presidente dá uma volta em frente aos populares que se concentram na calçada em frente ao Palácio do Planalto para assistir a cerimônia de troca da guarda. Satisfeito, Sarney acenou e foi aplaudido.

Ontem o número de pessoas era maior do que na última sexta-feira. Turistas e mães com seus filhos frequentam a cerimônia. Alguns ensaiavam passos de dança quando a banda tocou "Aquarela do Brasil". Os guarda-costas não tiveram problemas, embora o Landau presidencial seguisse em marcha lenta, atendendo o pedido

feito por Sarney para que pudesse acenar.

Desde novembro de 86, logo após a decretação do Cruzado II, Sarney não chega tão perto das pessoas que estão em frente ao Planalto nas sextas-feiras. Na época, o Presidente obedecia o ritual de descida da rampa criada pelos governos militares — e foi aconselhado a cancelar o ritual, pelo general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e responsável pela segurança pessoal do Presidente.

Na época da descida da rampa, os seguranças consideravam perigoso para o Presidente cumprir, com hora marcada (17h30), e com o mesmo percurso, o mesmo ritual. "Ele seria um alvo fácil para quem quisesse", argumentavam os seguranças. Sarney, entretanto, está pensando em reativar a cerimônia.

Newton reúne mineiros para pedir pressa

Belo Horizonte — Como resultado da visita do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a Minas, o governador Newton Cardoso promoverá um encontro com a bancada federal do PMDB segunda-feira, no Palácio da Liberdade. Em pauta, uma conversa de Cardoso com os deputados e senadores mineiros, no sentido de que os parlamentares colaborem, inclusive não se ausentando de Brasília, para acelerar os trabalhos constituintes. A meta, revelada por Ulysses, é de que a nova Carta seja promulgada em no máximo dois meses.

Segundo a Superintendência de Comunicação do Governo, Newton Cardoso quer rapidez nos trabalhos constituintes, pois a demora prejudicará os investimentos no Estado, diante da indefinição momentânea dos rumos da economia nacional.

Coordenador da bancada mineira do PMDB na Constituinte, o deputado Marcos Lima explicou ontem que o anúncio, pelo governador Newton Cardoso, da realização de um encontro de todos os governadores no dia 28 próximo "precipitou a visita de Ulysses Guimarães a Minas". Ele disse que o presidente do PMDB tem a consciência de que Cardoso representa hoje, por sua liderança, importante peça para a sustentação de um mandato de cinco anos ao presidente José Sarney. Lima, integrante do Centrão, garantiu ainda que os constituintes que assinaram a emenda Matheus Iensen "votarão cinco anos em plenário".

Simon viaja para defender novo sistema

Porto Alegre — O governador Pedro Simon (PMDB) do Rio Grande do Sul, virá a Brasília nos próximos dias para defender a tese do sistema parlamentarista junto aos constituintes. Para o governador gaúcho, a definição do sistema de governo é mais importante do que a discussão travada em torno do tempo de mandato presidencial. Ele entende que a discussão de emendas que pretendem quatro ou cinco anos para o presidente está desviando a atenção dos parlamentares da prioridade número um: a implantação do parlamentarismo.

Simon observou ontem que as crises cíclicas que o País tem sofrido no plano institucional decorrem do presidencialismo. Lembrou as de 1937, 1945, 1961 e 1964 e argumentou que, se o sistema de governo fosse o parlamentarista, quem teria caído seria o primeiro-ministro, sem que a figura de Presidente da República fosse afetada.

Para Virgílio, mandato depende só de Mailson

Arquivo 16/05/87

O destino do mandato do presidente Sarney — 4 ou 5 anos — está nas mãos do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. A opinião é do senador Virgílio Távora (PDS-CE), membro do grupo dos 32, e do deputado José Lins (PFL-CE), integrante do Centrão. Ambos são favoráveis a um mandato de 5 anos e assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que colheu 317 assinaturas estabelecendo a eleição presidencial para 1989.

Os dois parlamentares acreditam que tudo vai depender do comportamento da economia nos próximos dois meses, quando deverá ser votado pelo plenário da Constituinte a duração do mandato do atual Presidente, que nas disposições transitórias do projeto de Constituição foi fixado em 4 anos.

Se o ministro Mailson da Nóbrega conseguir conter a inflação e melhorar o ritmo da economia, as 317 assinaturas poderão se transformar em votos no plenário da Constituinte, caso contrário, os parlamentares favoráveis aos cinco anos serão pressionados por suas bases para manter o que já está no projeto de Constituição: 4 anos para Sarney.

O senador Virgílio Távora afirma que o Governo pode se empenhar ao máximo para conseguir ampliar o mandato do Presidente, mas se a economia desandar os constituintes cederão à pressão popular e votarão pelos 4 anos. Nem concessão de rádio vai ajudar se até março a inflação chegar aos 20%.

Crise é econômica

Para o deputado José Lins a crise é econômica e portanto é natural que coadicione o compor-



Virgílio: empenho ao máximo

tamento dos políticos. Assim, se a situação econômica piorar será difícil não atender a pressão das ruas, já que os protestos de vários setores da sociedade serão muito grandes contra o Governo. Essa situação terá ressonância no Congresso Nacional, onde os constituintes estarão votando a duração do mandato do presidente provavelmente em março.

Tanto Virgílio Távora como José Lins são por um mandato de cinco anos para o atual Presidente. Os dois afirmam que não mudam, mas reconhecem que a situação econômica poderá influenciar seus pares a votarem nos 4 anos. Tudo vai depender das medidas de Mailson da Nóbrega.